



RELATÓRIO
& CONTAS
2015

WE'LL BE THERE



ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1.1. Mundo

Seis anos após o **Mundo** ter emergido da mais ampla e profunda recessão do pós-guerra, o crescimento global foi novamente decepcionante. A economia mundial manteve-se limitada (+3,1% de crescimento do PIB), devido a um crescimento mais lento nas economias emergentes, que abrandou pelo quinto ano consecutivo (+4% vs +4,6% em 2014) - embora ainda seja responsável por 70% do crescimento mundial - enquanto as economias desenvolvidas registaram uma melhoria marginal (+1,9% vs +1,8% em 2014).

Na **Zona Euro**, a situação económica melhorou consideravelmente, com o crescimento do PIB a acelerar de +0,9% em 2014 para +1,6% em 2015, sustentado por uma procura doméstica saudável. Apesar de um euro mais fraco ter sido um fator favorável para as exportações da zona euro, o ambiente externo não o foi. Os ventos contrários globais e a desaceleração em muitas das principais economias emergentes levou a que as vendas ao exterior tenham caído acentuadamente no terceiro trimestre. Por outro lado, a procura interna manteve-se forte com o consumo privado a ganhar força devido à queda dos preços do petróleo, à política monetária expansionista e à melhoria gradual das condições do mercado de trabalho.

Nos **Estados Unidos**, o PIB cresceu 2,5%, com os dados a sugerirem que a economia está agora significativamente mais robusta do que no passado recente, algo também confirmado pela decisão da Reserva Federal, no final de 2015, em aumentar as taxas de juros pela primeira vez em quase uma década. O crescimento foi apoiado principalmente pelo consumo privado que superou os +3% pela primeira vez desde 2006, refletindo o fortalecimento do mercado de trabalho. Por outro lado, o investimento foi negativamente afetado pela queda dos preços do petróleo, dado o peso do sector petrolífero na economia. As exportações desaceleraram significativamente, refletindo o impacto da valorização do dólar.

A situação nos **mercados emergentes** foi diversificada, mas em muitos casos com desafios relevantes. O crescimento em muitos desses países foi penalizado por preços mais baixos na energia e outras comodidades e pela gradual desaceleração e reequilíbrio da economia chinesa, do investimento e da indústria para o consumo e serviços. Algumas economias emergentes, incluindo o Brasil e a Rússia (os maiores mercados emergentes, depois da China), entraram em recessão em 2015.

EVOLUÇÃO DO MERCADO SEGURADOR

De acordo com os dados divulgados pela ASF, o sector segurador alcançou em 2015 um volume de receitas da ordem dos 11,9 mil milhões de euros, cerca de 11,6% abaixo do valor de 2014.

Estes resultados devem-se à quebra de produção do ramo Vida que registou uma variação negativa de 17,8% em 2015, ascendendo a 8,4 mil milhões de euros enquanto que no ramo Não Vida o volume de receitas cresceu cerca de 7,7%, apresentando um valor de 3,5 mil milhões de euros.

Particularmente acentuadas foram as subidas no ramo Automóvel com mais 5,8% (71,1 milhões de euros), Acidentes de Trabalho com mais 14,2% (63,8 milhões de euros) e Doença com mais 10,5% (58,1 milhões de euros). De notar que desde 2011 que o ramo Automóvel vinha perdendo produção e, apesar da recuperação verificada em 2015 e quando comparado com 2011, a perda acumulada de produção ainda é de 9% (129 milhões de euros). No sector Não Vida, o peso relativo da produção Automóvel representa cerca de 37%.

3.1. Criação de novas Soluções e Serviços

A MDS tem consistentemente antecipado as tendências do setor e as expectativas do cliente, desenvolvendo soluções inovadoras, apoiadas num serviço diferenciador.

DECO e MDS iniciam parceria

deco.proteste.pt

A MDS uniu-se à DECO com o objetivo de disponibilizar o melhor Seguro Automóvel aos seus Associados. A promoção tem-se desenvolvido através de diversos meios: simulador de seguro automóvel disponibilizado no site da DECO, das várias publicações da DECO irá promover esta parceria, Call Center e microsite da MDS.

MDS Partners

A MDS Partners tem vindo a efetuar um trabalho contínuo para ampliar a sua capilaridade, aumentando a sua Rede de Parceiros, estabelecendo parcerias com agentes já instalados no mercado em localidades consideradas estratégicas. De destacar ainda a forte aposta na formação dos agentes.

Protocolos para Colaboradores

2015 ficou ainda marcado pelo lançamento e renovação de inúmeros Protocolos para Colaboradores, revelando o dinamismo desta área de negócio e a excelente aceitação por parte dos clientes de diferentes setores da economia.

Brand Insurance

A área de Brand Insurance tem mantido uma tendência de forte crescimento, com a conquista de vários clientes e lançamento de inovadores produtos.

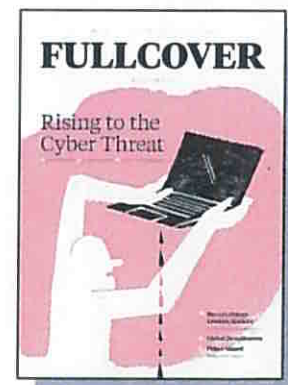
Seguros Continente

A Seguros Continente demonstrou um forte dinamismo e lançou ao longo do ano diversas e inovadoras campanhas, permitindo o alargamento da base de clientes.



Phoenix

- Foi lançada uma nova plataforma para a gestão, uma nova ferramenta de trabalho que visou o aperfeiçoamento dos sistemas informáticos.
- Um projecto, onde estão presentes os valores cultivados na organização, Collaborative, Creative, Professional e Clients Oriented. Esta nova ferramenta assumiu-se como o principal sistema de seguros na MDS.



3.4. Notoriedade

Fullcover

Em 2015 a MDS lançou mais uma edição da Fullcover, a revista do Grupo MDS. Muito apreciada interna e externamente, nacional e internacionalmente, a Fullcover continua a reforçar e a deixar clara a qualidade, competência e potencial de comunicação da MDS. O alcance da Fullcover é assumidamente mundial e ajuda a colocar-nos entre os principais players do setor.

MDS aposta no desenvolvimento das relações com Câmaras e Associações Comerciais

Na prossecução da orientação internacional, a MDS é parceira ativa de diversas Câmaras e Associações Comerciais, desenvolvendo diversas iniciativas e protocolos específicos.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A MDS continua a ter uma performance operacional robusta e em melhoria contínua, apesar de o seu volume de negócios ter estabilizado quando comparado com 2014 numa valor ligeiramente superior aos 19 milhões de euros.

Do ponto de vista financeiro, a empresa gerou um fluxo de caixa operacional de 4,517 milhões de euros, cerca de 11% melhor do que no ano anterior, tendo reduzido a sua dívida líquida em cerca de 2,4 milhões de euros.

O EBITDA, excluindo o impacto negativo da imparidade reconhecida devido à desvalorização do real brasileiro na participação financeira que a empresa tem na Lazam-MDS, cifrar-se-ia em 2,9 milhões de euros o que representaria um crescimento de cerca de 25%.

Apesar da incerteza do contexto macroeconómico, a MDS continua empenhada quer no reforço da sua estrutura comercial quer no desenvolvimento de competências associadas à gestão dos processos administrativos do negócio, quer da sua estratégia de crescimento/consolidação da sua posição cimeira no mercado nacional. A MDS continua empenhada em estar na linha da frente nos processos de negócio tendo continuando a investir em software de gestão de negócio e de relacionamento com os seus clientes e parceiros.

A política da MDS - Corretor de Seguros S.A., em matéria de gestão de riscos financeiros e políticas de cobertura insere-se na política integrada de gestão de risco do Grupo MDS definida no âmbito do planeamento estratégico do Grupo como uma política de gestão eficiente e equilibrada dos diversos riscos a que se encontra exposta e cuja explanação se encontra descrita nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SGPS.



m&s

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten initials JL

RELATÓRIO
& CONTAS
2015

6

PERSPETIVAS 2016

A incerteza que caracteriza o enquadramento macroeconómico futuro suscita por parte da MDS uma atuação resiliente, conservadora e focada. A interligação permanente com o cliente e a prestação de um serviço de qualidade será acompanhada por programas de formação dos colaboradores que sejam dinamizadores de melhoria de produtividade e eficiência.

Os objetivos estratégicos estão traçados, são conhecidos pela organização e pelo mercado e passam pela consolidação da sua posição de destaque no mercado de seguros, através da inovação, da especialização e da sua presença internacional, fomentada pela sua inserção num Grupo atuante em várias geografias e na BrokersLink.


 JL


MDS Corretor de Seguros, SA

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 - 2º - 4100-130 Porto

Capital Social 1.000.000 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e identificação 501 469 460

Relatório e Contas

31 de dezembro de 2015

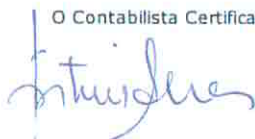
MDS Corretor de Seguros, SA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Montantes expressos em euros)

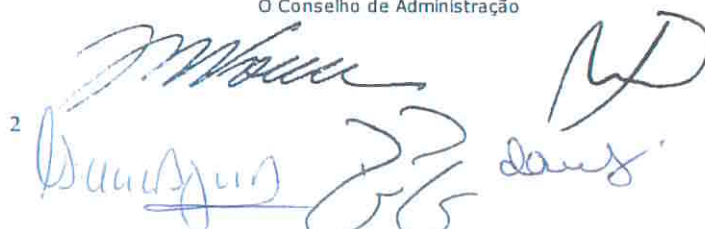
ATIVO	Notas	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	5	1.299.607,76	1.336.879,04
Ativos intangíveis	6	2.918.374,85	3.883.343,32
Goodwill	7	7.405.654,87	7.405.654,87
Participações financeiras - outros métodos	8	2.218.346,36	2.787.835,18
Ativos por impostos diferidos	9	113.678,21	132.619,98
Total de Ativos não correntes		13.955.662,05	15.546.332,39
ATIVO CORRENTE			
Clientes	10	654.632,89	317.746,83
Estado e outros entes públicos	17	156,01	162,35
Acionistas	18	27.732,99	-
Outras contas a receber	11	4.950.546,93	4.049.138,06
Diferimentos	12	631.755,19	709.811,99
Caixa e depósitos bancários	4	6.561.615,03	5.679.787,50
Total de Ativos correntes		12.826.439,04	10.756.646,73
TOTAL DO ATIVO		26.782.101,09	26.302.979,12
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	13	1.000.000,00	1.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	13	4.890.000,00	4.890.000,00
Reserva legal	13	183.266,43	145.562,69
Outras reservas		3.333.058,42	2.879.434,68
Resultados transitados		262.747,31	-
Excedentes de revalorização		1.091,93	1.091,93
Outros rendimentos integrais		(65.653,23)	(25.416,00)
Resultado líquido do exercício		(382.805,48)	754.074,79
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		9.221.705,38	9.644.748,09
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Acionistas	18	3.348.352,61	5.771.352,61
Financiamentos obtidos	19	9.218,03	36.789,46
Passivos por impostos diferidos	15	254.987,47	291.414,25
Outros passivos não correntes	14	63.589,86	77.880,32
Total de passivos não correntes		3.676.147,97	6.177.436,64
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	16	1.006.892,88	1.899.364,86
Estado e outros entes públicos	17	250.554,93	319.204,96
Acionistas	18	1.974.594,69	1.062.613,84
Financiamentos obtidos	19	28.669,72	29.193,84
Outras contas a pagar	20	10.375.713,21	6.961.471,68
Diferimentos	12	247.822,31	182.045,21
Provisões		-	26.900,00
Total de passivos correntes		13.884.247,74	10.480.794,39
TOTAL DO PASSIVO		17.560.395,71	16.658.231,03
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		26.782.101,09	26.302.979,12

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS Corretor de Seguros, SA

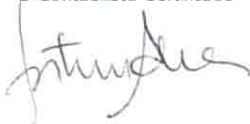
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

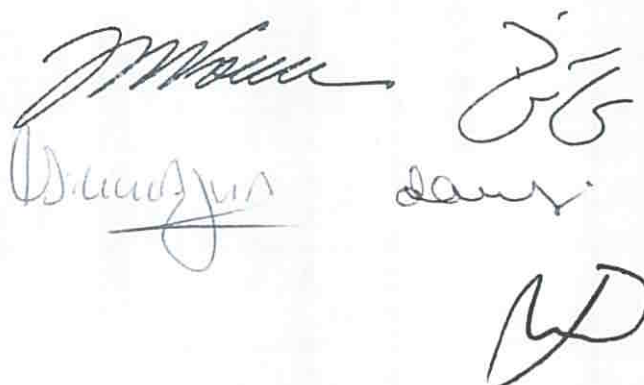
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
Vendas e prestações de serviços	24 e 33	19.393.357,65	19.534.328,87
Fornecimentos e serviços externos	25	(9.784.728,98)	(10.636.354,26)
Gastos com o pessoal	26	(6.724.665,32)	(6.484.540,49)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	27	729,80	-
Provisões		-	(26.900,00)
Imparidade de investimentos	8	(815.019,22)	-
Outros rendimentos e ganhos	28	693.980,73	716.274,86
Outros gastos e perdas	29	(667.554,54)	(781.882,99)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>2.096.100,12</u>	<u>2.320.925,99</u>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(1.631.855,69)	(1.257.129,23)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>464.244,43</u>	<u>1.063.796,76</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	30	4.001,48	16.205,44
Juros e gastos similares suportados	30	(164.990,36)	(272.926,68)
Resultado antes de impostos		<u>303.255,55</u>	<u>807.075,52</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	31	(686.061,03)	(53.000,73)
Resultado líquido do exercício		<u>(382.805,48)</u>	<u>754.074,79</u>
Resultados por ação básico		<u>(1,91)</u>	<u>3,77</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS Corretor de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

		<i>(Montantes expressos em euros)</i>									
		Capital realizado	Instrumentos de capital próprio	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outros rendimentos integrais	Resultado Líquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2014		1.000.000,00	4.890.000,00	4.890.000,00	133.870,12	2.657.275,80	-	1.091,93	-	233.851,45	8.916.089,30
Alterações no exercício											
Aplicação do resultado líquido do exercício		-	-	-	11.692,57	222.158,88	-	-	-	(233.851,45)	-
Rendimento integral do exercício		-	-	-	11.692,57	222.158,88	-	-	(25.416,00)	754.074,79	728.658,79
Saldo em 31 de dezembro de 2014		1.000.000,00	4.890.000,00	4.890.000,00	145.562,69	2.879.434,68	-	1.091,93	(25.416,00)	754.074,79	9.644.748,09
Saldo em 1 de Janeiro de 2015		1.000.000,00	4.890.000,00	4.890.000,00	145.562,69	2.879.434,68	-	1.091,93	(25.416,00)	754.074,79	9.644.748,09
Alterações no exercício											
Aplicação do resultado líquido do exercício		-	-	-	37.703,74	453.623,74	262.747,31	-	-	(754.074,79)	-
Rendimento integral do exercício		-	-	-	37.703,74	453.623,74	262.747,31	-	(40.237,23)	(382.805,48)	(423.042,71)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		1.000.000,00	4.890.000,00	4.890.000,00	183.266,43	3.333.058,42	262.747,31	1.091,93	(65.653,23)	(382.805,48)	9.221.705,38

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS Corretor de Seguros, SA

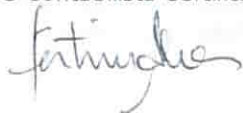
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

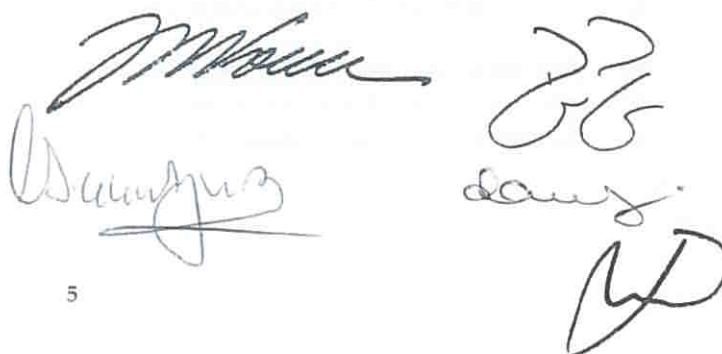
	Notas	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		21.615.885,15	20.130.840,67
Pagamentos a fornecedores		(10.809.363,96)	(9.720.397,81)
Pagamentos ao pessoal		(6.637.411,76)	(6.245.024,49)
Caixa gerada pelas operações		4.169.109,43	4.165.418,37
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(975,57)	142.152,32
Outros recebimentos / pagamentos		348.859,71	(235.595,42)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		4.516.993,57	4.071.975,27
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(243.020,30)	(111.485,17)
Ativos intangíveis	6	(430.103,41)	(581.316,74)
Investimentos financeiros	8	(245.530,40)	-
Financiamentos concedidos		(45.000,00)	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1.000,00	18.000,00
Juros e rendimentos similares		3.902,25	16.105,29
Dividendos		99,23	100,15
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(958.652,63)	(658.596,47)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		550.000,00	3.586.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2.973.000,00)	(5.071.710,66)
Juros e gastos similares		(253.513,41)	(264.737,09)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(2.676.513,41)	(1.750.447,75)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)= (1) + (2) + (3)		881.827,53	1.662.931,05
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	5.679.787,50	4.016.856,45
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	6.561.615,03	5.679.787,50

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS Corretor de Seguros, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)



1 NOTA INTRODUTÓRIA

A MDS - Corretor de Seguros, SA ("Empresa" ou "MDS"), é uma sociedade anónima, com sede no Porto, constituída em 1984 tendo como atividade principal a corretagem de seguros.

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido - Via Norte, 4470-177 Maia, sendo as suas demonstrações financeiras integradas no exercício de consolidação daquela Empresa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro 2015.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

3.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, em duodécimos pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados, gastos/reversões de depreciação e de amortização. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	%
Edifícios e outras construções (instalações)	10
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	12,5 e 33,33
Outros activos fixos tangíveis	12,5

As perdas por imparidade identificadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis da demonstração dos resultados.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no exercício em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

3.2.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como gastos na demonstração de resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem e que se situam em cerca de 12 anos.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem concluídos ou disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 8 anos, e registadas por contrapartida da rubrica gastos/reversões de depreciação e de amortização da demonstração dos resultados.

3.2.3 Goodwill

Durante o exercício de 2006, a Empresa efetuou uma operação de fusão, tendo incorporado as suas filiais Unibroker Corretores de Seguros, SA e Becim Corretora de Seguros, Lda gerando um *goodwill* com essa operação.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa efetuou uma operação de fusão, tendo incorporado a subsidiária Polinsur – Mediação de Seguros, Lda, a qual também gerou *goodwill*.

O valor de *goodwill* não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base no plano de negócio utilizado pela gestão. As perdas de imparidade do *goodwill* constatadas no exercício são registadas como gasto na demonstração de resultados do exercício. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não são revertíveis.

3.2.4 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Esta classificação é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.2.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos

ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.2.6 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração de resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos no capital próprio e são creditados na demonstração dos resultados em quotas constantes durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

Os subsídios relacionados com custos incorridos são registados como ganhos na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que já tenha incorrido nos custos subsidiados e que cumpra com as condições exigidas para sua concessão.

3.2.7 Investimentos em Empresas do Grupo ou Associadas

Os investimentos em partes de capital, controladas por empresas do grupo, mas em que a Empresa, individualmente, não tem capacidade de exercício de influência significativa ou controlo, são mensurados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os investimentos em partes de capital para os quais a Empresa tem capacidade de exercício de influência significativa e controlo são mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da MDS no resultado

integral (incluindo o resultado líquido do exercício) das empresas do grupo, por contrapartida do resultado integral ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da empresa do grupo na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como *goodwill* (Nota 3.2.3) e mantidas no valor de investimento financeiro. Se essas diferenças forem negativas são registradas como rendimento do exercício, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos mensurados pelo método da equivalência patrimonial quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registrada como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Os restantes investimentos, nomeadamente efetuados em fundos de investimento, são registados pelo seu justo valor através de resultados determinado de acordo com a sua cotação de mercado.

3.2.8 Instrumentos financeiros

3.2.8.1 Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras contas a receber são registradas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em dívidas a receber, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registradas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que a contraparte está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

3.2.8.2 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na rubrica juros e gastos similares suportados da demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 3.2.12. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

3.2.8.3 Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

3.2.8.4 Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.8.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de financiamentos obtidos, no balanço.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

3.2.8.6 Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo e pelo método da equivalência patrimonial, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo e pelo método da equivalência patrimonial).

3.2.8.7 Ativos / passivos financeiros relacionados com contratos de seguros e atividade de corretagem

Os corretores de seguros atuam como agentes na colocação de riscos seguráveis dos seus clientes junto das seguradoras pelo que não são responsáveis enquanto parte principal nas transações efetuadas. Consequentemente, e para além do registo de comissões ou fees com as transações,

nenhum registo contabilístico é efetuado até ao efetivo recebimento dos prémios de seguro ou indemnizações, altura em que são registados os correspondentes passivos em favor da empresa seguradora ou do cliente, respetivamente. Em determinadas circunstâncias a Empresa adianta as indemnizações aos clientes por conta das seguradoras, situação em que tais montantes ficam reconhecidos como Clientes e Outras dívidas de terceiros.

3.2.8.8 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.9 Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução da cotação das ações da Sonae, SGPS, SA.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em março de cada ano) e posteriormente atualizado no final de cada exercício de reporte em função do número de ações atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em gastos com pessoal e passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de direitos sobre ações remíveis em dinheiro.

3.2.10 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.11 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

A empresa está inserida no grupo de empresas dominado pela MDS, SGPS, SA e tributado de acordo com Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS"), pelo que consequentemente os saldos apurados de imposto a pagar ou a receber são incluídos nas rubricas do balanço em acionistas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expetável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua

reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.2.12 Rédito e especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

A Empresa procede ao registo de comissões geradas com a atividade de mediação de seguros no momento em que o tomador do seguro procede ao pagamento do respetivo prémio.

Relativamente aos prémios recebidos pela Empresa, não é efetuado qualquer movimento contabilístico até ao momento do efetivo recebimento pela Empresa do prémio, momento em que a Empresa assume a obrigação da entrega do montante do prémio líquido da comissão à Companhia de Seguros respetiva.

Nas situações em que o prémio é liquidado junto da Companhia de Seguros, a Empresa procede ao registo da comissão no momento em que é informada do pagamento do prémio por parte do tomador à Companhia de Seguros.

Nas situações em que a Empresa tem direito ao recebimento de comissões adicionais em função da sinistralidade da carteira no exercício, são consideradas as melhores estimativas dos montantes a receber com base na informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros.

Na rubrica do ativo e passivo diferimentos estão incluídos os gastos e os rendimentos que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

3.2.13 Plano complementar de reforma

As empresas Unibroker Corretores de Seguros, SA e Becim Corretora de Seguros, Lda (entretanto incorporadas na Empresa durante o exercício de 2006), assumiram, respetivamente, em 1993 e 1992, compromissos de complemento de reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus colaboradores.

Os compromissos encontram-se assumidos através de um contrato de seguro na Companhia de Seguros Ocidental (no caso da Unibroker Corretores de Seguros, SA) e pela participação num Fundo de Pensões Becim, incorporado e gerido pelo Fundo de Pensões Aberto do BPI (no caso da Becim Corretora de Seguros, Lda).

A Empresa adota como política contabilística, para o reconhecimento das suas responsabilidades por estes complementos, os critérios definidos na NCRF 28 - Benefícios dos empregados, obtendo anualmente os estudos e cálculos atuariais dos Fundos em causa (Nota 22). Tais benefícios dos

empregados configuram planos de benefícios definidos nos termos da referida norma, sendo que todos de juros e os custos por serviços prestados são registados na demonstração de resultados e todas as variações de responsabilidades por alteração de pressupostos atuariais registadas em capital próprio.

3.3 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade do *goodwill*, de investimentos em empresas do grupo e de outros ativos fixos tangíveis e intangíveis, nomeadamente o valor afeto à carteira de cliente;
- c) Registo de imparidades ao valor do ativo;
- d) Registo de provisões.

As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

3.4 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras, se materiais. Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. O caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014 detalha-se conforme se segue:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Numerário	19.172,02	18.419,19
Depósitos bancários	6.542.443,01	5.661.368,31
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>6.561.615,03</u>	<u>5.679.787,50</u>

Dos montantes acima referidos, aproximadamente, 5,1 milhões de Euros correspondem a disponibilidades a entregar às seguradoras (4,6 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2014). Face ao anteriormente exposto a MDS espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes ao nível do Grupo MDS.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhe dos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações era o seguinte:

Ativo bruto	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2014	166.656,44	650.335,73	1.658.683,35	65.606,72	2.214.095,90	19.400,87	36.427,07	4.811.206,08
Aquisições	-	-	62,49	-	12.653,70	-	45.811,58	58.527,77
Diminuições	(81.237,30)	(243.711,91)	-	(47.442,99)	-	-	-	(15.000,00)
Transferências / abates	-	-	8.533,13	-	7.749,00	-	(16.282,13)	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	85.419,14	406.623,82	1.667.278,97	18.163,73	2.234.498,60	19.400,87	65.956,52	4.497.341,65
Aumentos	-	-	1.291,50	-	18.044,96	-	196.751,35	216.087,81
Diminuições	-	(3.015,46)	(3.321,86)	-	(659.809,68)	(4.398,70)	(23,14)	(670.568,84)
Transferências / abates	-	-	46.194,56	-	40.161,06	-	(86.355,62)	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2015	85.419,14	403.608,36	1.711.443,17	18.163,73	1.632.894,94	15.002,17	176.329,11	4.042.860,62
Depreciações acumuladas								
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2014	-	236.073,89	651.729,94	65.606,72	1.968.826,05	18.390,14	-	2.940.626,74
Aumentos	-	5.290,34	203.028,00	0,01	82.583,65	748,06	-	291.650,06
Diminuições	-	(24.371,20)	-	(47.442,99)	-	-	-	(71.814,19)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	-	216.993,03	854.757,94	18.163,74	2.051.409,70	19.138,20	-	3.160.462,61
Aumentos	-	5.125,47	177.244,63	-	64.743,66	262,67	-	247.376,43
Diminuições	-	(3.015,46)	(2.468,76)	-	(654.703,26)	(4.398,70)	-	(664.586,18)
Saldo final a 31 de dezembro de 2015	-	219.103,04	1.029.533,81	18.163,74	1.461.450,10	15.002,17	-	2.743.252,86
Valor líquido								
A 31 de dezembro de 2014	85.419,14	189.630,79	812.521,03	(0,01)	183.088,90	262,67	65.956,52	1.336.879,04
A 31 de dezembro de 2015	85.419,14	184.505,32	681.909,36	-	171.444,84	-	176.329,11	1.299.607,76

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhe dos ativos intangíveis e respectivas depreciações era o seguinte:

Ativo bruto	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2014	1.954.734,67	4.121.721,68	790.618,93	6.867.075,28
Aumentos	-	851.113,89	20.700,90	871.814,79
Transferências / abates	-	790.618,93	(790.618,93)	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	1.954.734,67	5.763.454,50	20.700,90	7.738.890,07
Aumentos	280.000,00	6.213,16	133.297,63	419.510,79
Transferências / abates	-	153.998,53	(153.998,53)	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2015	2.234.734,67	5.923.666,19	-	8.158.400,86
Amortizações acumuladas				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2014	497.663,42	2.392.404,16	-	2.890.067,58
Aumentos	161.896,80	803.582,37	-	965.479,17
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	659.560,22	3.195.986,53	-	3.855.546,75
Aumentos	185.230,13	1.199.249,13	-	1.384.479,26
Transferências / abates	-	-	-	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2015	844.790,35	4.395.235,66	-	5.240.026,01
Valor líquido				
A 31 de dezembro de 2014	1.295.174,45	2.567.467,97	20.700,90	3.883.343,32
A 31 de dezembro de 2015	1.389.944,32	1.528.430,53	-	2.918.374,85

Os aumentos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 nas rubricas "Software" e "Ativos intangíveis em curso" são constituídos fundamentalmente por investimentos no desenvolvimento de um novo *software* operacional, relativo à gestão de carteiras e de prémios da Empresa e na elaboração de um novo portal de interação com os clientes da Empresa.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2015 a Empresa procedeu à aquisição de uma carteira de clientes na zona centro do país pelo montante de 280.000 euros, que se encontra registado como aumento na rubrica "Propriedade industrial e outros direitos".

7 GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica "Goodwill" não registou movimentos.

A MDS efetua testes anuais de imparidade sobre o *goodwill* e sempre que existam indicações que o *goodwill* pode estar em imparidade. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a MDS procedeu à análise de imparidade de *goodwill*, não tendo, como resultado dessa análise, reconhecido perdas de imparidade em 2015 e 2014.

O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos.

O valor de *goodwill* gerado em Portugal foi alocado a carteiras de clientes do negócio de seguros, pelo que a análise de imparidade é efetuada com base na rentabilidade estimada dessa carteira. Os principais pressupostos para a valorização interna do negócio dos seguros pode ser analisada como segue:

	2015	2014
Taxa de crescimento média do volume de negócios durante o período projectado	1%	1%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1%	2%
Taxa de desconto utilizada	7,54%	7,34%

8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

O detalhe das participações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é o seguinte:

	31.dezembro.2015					Total
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aplicação Método de Equivalência Patrimonial	
Outras empresas do Grupo						
Lazam - MDS Corretora e Administradora de Seguros, SA	5,53%	2.907.391,18	-	-	-	2.907.391,18
MDS Malta Holding Limited	0,0001%	5,00	-	-	-	5,00
Accive	70,00%	-	245.530,40	-	-	245.530,40
Valor bruto		2.907.396,18	245.530,40	-	-	3.152.926,58
Perdas por imparidade		119.561,00	815.019,62	-	-	934.580,62
Valor líquido		2.787.835,18	(569.489,22)	-	-	2.218.346,36

Estas participações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2015 a Empresa procedeu à aquisição de uma participação no capital da sociedade Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A. (participação de 70%), que tem por objeto a mediação de seguros e consultoria financeira e de crédito pelo montante de 243.530,40 euros.

Foi efetuada uma avaliação do investimento financeiro na Lazam – MDS Brasil – Consultores de Seguros de Risco de forma a determinar a existência ou não de imparidade. Em resultado do referido teste e fruto igualmente da desvalorização do real foi reconhecida uma imparidade de aproximadamente 815.000 euros.

A avaliação foi efetuada por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados, de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos. Os principais pressupostos utilizados para a valorização deste investimento podem ser detalhados como segue:

	Taxa de crescimento na perpetuidade	Taxa de crescimento médio anual do volume de negócios (em termos médios)	Taxa de desconto utilizada
Lazam	4%	5% a 12%	15,83%

9 ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O montante registado nesta rubrica respeitava essencialmente: (i) perdas de imparidade de contas a receber não aceites fiscalmente e (ii) prémios diferidos baseados em ações.

	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
Perdas por imparidade de contas a receber	323.846,18	323.846,18
Prémios diferidos baseados em acções	172.056,98	238.675,97
Outros	9.333,33	26.899,98
	505.236,49	589.422,13
Taxa	22,5%	22,5%
Impostos diferidos activos	113.678,21	132.619,98

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi como se segue:

	Impostos diferidos ativos 31.dezembro.2015	Impostos diferidos ativos 31.dezembro.2014
Saldo inicial	132.619,98	170.467,58
Efeito em resultados:		
Provisões e perdas por imparid. de activos não aceites	-	(37.120,09)
Prémios diferidos baseados em acções	(14.989,27)	(6.307,72)
Outros	(3.952,50)	5.580,21
	(18.941,77)	(37.847,60)
Saldo final	113.678,21	132.619,98

10 CLIENTES

O detalhe dos Clientes em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é o seguinte:

	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
Clientes correntes	673.475,57	343.841,83
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 27)	(18.842,68)	(26.095,00)
	654.632,89	317.746,83

O saldo de clientes respeita exclusivamente a valores a receber de clientes correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa. Os montantes apresentados encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pela MDS, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A MDS entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas de imparidade se aproximam do seu justo valor.

Em 31 de dezembro 2015 e 2014, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Não vencido	370.492,22	81.049,46
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	59.677,26	181.025,90
30 - 90 dias	27.765,19	51.539,08
+ 90 dias	196.698,22	4.132,39
Vencido mas com registo de imparidade		
+ 360 dias	<u>18.842,68</u>	<u>26.095,00</u>
	<u>673.475,57</u>	<u>343.841,83</u>
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 27)	<u>(18.842,68)</u>	<u>(26.095,00)</u>
	<u>654.632,89</u>	<u>317.746,83</u>

11 OUTRAS CONTAS A RECEBER

O detalhe de outras contas a receber em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é o seguinte:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Rappel s/ comissões a receber de seguradoras	453.222,44	405.438,22
Comissões a receber de seguradoras	1.123.236,58	2.287.144,22
Outros	<u>161.919,56</u>	<u>243.139,54</u>
	<u>1.738.378,58</u>	<u>2.935.721,98</u>
Outras dívidas de terceiros		
Fornecedores c/c - saldos devedores	95.407,64	81.132,46
Financiamentos concedidos a subsidiárias	45.000,00	-
Outros devedores		
Partes relacionadas	135.686,00	304.396,51
Seguradoras	891.434,58	814.653,55
Tomadores de seguros	2.156.475,12	-
Colaboradores	8.582,00	46.207,91
Outros	<u>184.586,51</u>	<u>172.029,15</u>
	<u>3.517.171,85</u>	<u>1.418.419,58</u>
Perdas por Imparidade (Nota 27)	<u>(305.003,50)</u>	<u>(305.003,50)</u>
Outras dívidas de terceiros	<u>3.212.168,35</u>	<u>1.113.416,08</u>
	<u>4.950.546,93</u>	<u>4.049.138,06</u>

12 DIFERIMENTOS

O detalhe da rubrica diferimentos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é o seguinte:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Valores devedores		
Seguros	59.857,15	60.392,43
Fornecimentos e serviços externos	212.638,77	252.145,14
Benefícios reforma (Nota 22)	336.409,67	377.430,00
Outros	22.849,60	19.844,42
	<u>631.755,19</u>	<u>709.811,99</u>
Valores credores		
Prestação de serviços	247.822,31	182.045,21
	<u>247.822,31</u>	<u>182.045,21</u>

13 CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social integralmente subscrito e realizado está representado por 200.000 ações ordinárias ao portador com o valor nominal de 5 Euros cada.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a MDS, SGPS, SA detinha 100% das ações representativas do capital social da Empresa.

O valor incluído na rubrica Outros instrumentos de capital corresponde a Prestações acessórias constituídas durante o exercício de 2010 na sequência de deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Tais instrumentos seguem o regime jurídico de prestações suplementares não sendo remuneradas.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada em capital.

14 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o montante registado nesta rubrica corresponde a responsabilidades por pagamentos baseados em ações.

15 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 o detalhe de passivos por impostos diferidos é como se segue:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Valor líquido das carteiras de clientes	1.133.277,66	1.295.174,45
	<u>1.133.277,66</u>	<u>1.295.174,45</u>
Taxa	22,5%	22,5%
Passivos por impostos diferidos	<u>254.987,47</u>	<u>291.414,25</u>

O movimento na rubrica de passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi como segue:

	Impostos diferidos passivos 31.dezembro.2015	Impostos diferidos passivos 31.dezembro.2014
Saldo inicial	291.414,25	356.982,46
Efeito em resultados: Amortizações da carteira de clientes	(36.426,78)	(65.568,21)
Saldo final	254.987,47	291.414,25

16 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, de 1.006.892,88 Euros e 1.899.364,86 Euros, respetivamente, respeita exclusivamente a valores a pagar a fornecedores correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico aproximadamente o seu justo valor.

17 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é o seguinte:

	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
Valores devedores		
Outros Impostos	156,01	162,35
	156,01	162,35
Valores credores		
Imposto sobre o valor acrescentado	22.271,48	100.442,62
Retenções na fonte	105.815,84	108.127,34
Contribuições para a Segurança Social	108.467,61	110.635,00
Outros impostos	14.000,00	-
	250.554,93	319.204,96

A estimativa de IRC - Imposto sobre o rendimento, está revelada na rubrica acionistas (Nota 18), dado que a Empresa está incluída no grupo de empresas dominado pela MDS, SGPS, SA e tributada de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

18 ACIONISTAS

A 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de Acionistas detalha-se como segue:

	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
Activo corrente		
RETGS	27.732,99	-
	<u>27.732,99</u>	<u>-</u>
Passivo não corrente		
Financiamentos de participantes de capital	3.348.352,61	5.771.352,61
	<u>3.348.352,61</u>	<u>5.771.352,61</u>
Passivo corrente		
RETGS	1.646.738,65	1.062.613,84
Aquisição de ações - compensação diferida	327.856,04	-
	<u>1.974.594,69</u>	<u>1.062.613,84</u>

O montante incluído na rubrica RETGS passivo corrente corresponde montantes a pagar à sociedade dominante relativos ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas apurado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (Nota 3.2.11 e 17).

O montante dos financiamentos de participantes de capital acima referido são empréstimos obtidos da acionista MDS, SGPS, SA, os quais vencem juros a taxas de mercados e têm uma natureza de longo prazo (Nota 32).

19 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe da rubrica financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é o seguinte:

	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
Não correntes		
Locações financeiras	9.218,03	36.789,46
	<u>9.218,03</u>	<u>36.789,46</u>
Correntes		
Locações financeiras	28.669,72	29.193,84
	<u>28.669,72</u>	<u>29.193,84</u>

Os contratos de locação financeira respeitam à utilização de imóveis no âmbito da atividade comercial da MDS. O plano de pagamentos dos mesmos é detalhado como segue:

	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
2015	-	29.193,84
2016	28.669,72	29.193,84
2017	9.218,03	7.595,62
2018 e seguintes	-	-
	<u>37.887,75</u>	<u>65.983,30</u>

20 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica outras contas a pagar pode ser detalhada como segue:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Fornecedores de investimentos	286.607,37	344.254,35
Clientes com saldo credor	44.776,87	29.744,31
Outros credores		
Seguradoras	7.171.717,65	2.678.110,12
Tomadores	-	826.170,32
Colaboradores	8.283,17	4.824,22
Agentes	3.221,81	5.052,16
Outros	28.491,81	26.041,21
Credores por acréscimos de gastos		
Fornecimentos e serviços externos	1.190.196,73	1.393.529,14
Despesas com pessoal	1.474.784,80	1.400.990,25
Juros de empréstimos	163.816,09	252.339,14
Outros	3.816,91	416,46
	<u>10.375.713,21</u>	<u>6.961.471,68</u>

O montante registado na rubrica de outros credores corresponde, essencialmente, a valores a pagar às Companhias de Seguros no âmbito da atividade normal da Empresa, tendo a maior parte destes montantes sido regularizado nos primeiros meses do exercício de 2016.

21 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional de imóveis, viaturas e outros equipamentos cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Vencíveis em:		
2016 renovável automaticamente	244.354,56	642.967,11
2016	713.273,30	239.922,57
2017	706.183,86	162.636,80
2018	589.931,87	102.558,83
2019	495.640,06	22.088,10
2020	253.943,75	-
	<u>3.003.327,39</u>	<u>1.170.173,41</u>

Em 31 de dezembro de 2015 foi reconhecido como gasto do exercício o montante de 922.692,36 Euros (878.517,70 Euros no exercício de 2014) relativo a contratos de locação operacional (Nota 25).

A variação nos pagamentos mínimos apresentados decorre essencialmente da ocupação de espaço adicional para efeitos dos serviços administrativos da MDS.

22 COMPLEMENTO DE PENSÕES DE REFORMA

A Empresa assumiu responsabilidades pelo pagamento de complementos de reforma aos colaboradores das empresas Unibroker Corretores de Seguros, SA e Becim Corretora de Seguros, Lda (entretanto incorporadas na Empresa durante o exercício de 2006).

a) Fundo Autónomo em Companhia de Seguros (Fundo colaboradores Unibroker):

Os estudos atuariais desenvolvidos pela entidade independente Ocidental Vida, com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades acumuladas tiveram por base os seguintes pressupostos:

	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
Tábua de mortalidade	TV73/77	TV73/77
Taxa técnica de juros	4%	4%
Taxa de rendimento do fundo	4%	4%
Taxa de crescimento dos salários	2%	2%
Taxa de crescimento das pensões	0%	0%

A cobertura das responsabilidades da Empresa pelos ativos do seguro analisa-se como se segue:

	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
Responsabilidades por serviços passados	191.589,08	134.375,00
Valor do fundo afecto à cobertura das responsabilidades da empresa	246.933,75	237.440,00
Excesso / (insuficiência) de cobertura	55.344,67	103.065,00

Em 31 de dezembro de 2015 o valor estimado das responsabilidades totais relativamente aos colaboradores afetos ao fundo ascendia 246.933,75 Euros (237.440 Euros em 31 de dezembro de 2014).

b) Fundo de Pensões aberto (Fundo colaboradores Becim):

Os estudos atuariais desenvolvidos pela entidade independente BPI, com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades acumuladas tiveram por base os seguintes pressupostos:

	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	3,30%	4,20%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%

A cobertura das responsabilidades da Empresa pela parcela do Fundo analisa-se como se segue:

	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
Responsabilidades por serviços passados	216.679,00	222.792,50
Valor do fundo afecto à cobertura das responsabilidades da empresa	497.744,00	497.157,50
Excesso / (insuficiência) de cobertura	281.065,00	274.365,00

Em 31 de dezembro de 2015 o valor estimado das responsabilidades totais relativamente aos colaboradores afetos ao fundo ascendia a 497.744 Euros (497.157,50 Euros em 31 de dezembro de 2014).

Os excessos de cobertura acima referidos encontram-se evidenciados no ativo, na rubrica de Diferimentos (Nota 12).

A variação positiva no excesso de cobertura do exercício de 2015 e 2014 ocorrida no Fundo dos colaboradores Becim e Unibrokers, nos montantes de 13.173,13 Euros e 35.527 Euros, respetivamente, foi registada em Outros rendimentos e ganhos (Nota 28).

As variações de responsabilidades por alteração de pressupostos atuariais, no montante de 40.237,23 Euros em 2015 encontram-se registadas na rubrica "Outro rendimento integral".

23 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a MDS tinha garantia prestada de 356.254,46 Euros relativas ao cumprimento das condições específicas de acesso à categoria de corretor de seguros em Portugal, as quais são mantidas junto do Instituto de Seguros de Portugal ("ISP") que por sua vez passou a designar-se Autoridade de supervisão de Seguros ("ASF") a 1 de janeiro de 2015.

Em 2012, foi também subscrita uma garantia de 410.526,23 Euros por processo fiscal relativo a Imposto sobre o Rendimento das pessoas Coletivas do exercício fiscal de 2008, no montante de 321.783,08 Euros. A Empresa apresentou em 21 de janeiro de 2013 uma impugnação judicial no Tribunal Administrativo do Porto, com os seus argumentos, exigindo a anulação da liquidação de imposto. É entendimento do Conselho de Administração que deste processo não resultarão perdas para a Empresa, motivo pelo qual não foi registada qualquer provisão.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2015 foi subscrita garantia bancária no montante de 352.960,44 Euros para efeitos de garantia de pagamento a seguradora pela subsidiária ACCIVE Insurance - Corretores de Seguros, S.A.

24 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A repartição do valor líquido das prestações de serviços nos exercícios de 2015 e 2014 por mercados geográficos e por natureza é a seguinte:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Comissões		
Nacionais	18.273.857,30	18.518.945,23
Internacionais	325.799,64	481.306,31
Fees		
Nacionais	747.442,16	392.980,11
Outros		
Nacionais	46.258,55	67.947,75
Internacionais	-	73.149,47
	<u>19.393.357,65</u>	<u>19.534.328,87</u>

A reconciliação dos valores considerados nas divulgações relativamente à Nota 33 (Norma regulamentar nº 15/2009 do Instituto de Seguros de Portugal) e os valores de comissões nacionais é como segue:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Comissões consideradas Norma regulamentar 15/2009 ISP (Nota 33)	18.773.051,81	17.298.699,82
Valor de rappel dotado e não recebido	47.784,22	405.438,22
Dotação / (anulação) comissões	(726.672,72)	814.807,19
Outros	179.693,99	-
Total de comissões nacionais	<u>18.273.857,30</u>	<u>18.518.945,23</u>

25 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Trabalhos especializados / comissões	6.852.994,25	7.728.234,60
Publicidade e propaganda	184.515,77	163.452,00
Vigilância e segurança	1.254,68	1.208,04
Honorários	11.764,68	30.214,87
Serviços bancários	33.576,15	36.156,67
Conservação e reparação	580.606,70	586.168,31
Ferramentas e utensílios	26,90	102,30
Livros e documentação técnica	2.194,97	2.324,84
Material de escritório	24.298,42	24.116,40
Artigos para oferta	24.097,78	22.772,52
Electricidade	44.429,18	46.862,21
Combustíveis	73.227,10	82.395,82
Água	45.857,34	61.155,29
Deslocações e estadas	344.917,80	353.243,96
Rendas e alugueres (Nota 21)	969.869,17	943.140,97
Comunicação	346.369,57	332.276,94
Seguros	53.009,79	56.121,05
Contencioso e notariado	3.842,14	4.167,83
Despesas de representação	96.340,09	77.424,98
Limpeza higiene e conforto	42.515,94	37.765,13
Outros	49.020,56	47.049,53
	<u>9.784.728,98</u>	<u>10.636.354,26</u>

26 GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhe de gastos com o pessoal era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Remunerações	5.199.231,74	4.856.386,17
Indemnizações	69.030,00	78.760,26
Encargos sobre remunerações	1.047.551,50	1.002.793,33
Seguros	209.974,41	204.264,27
Gastos com acção social	83.263,60	56.868,52
Outros gastos com pessoal	115.614,07	285.467,94
	<u>6.724.665,32</u>	<u>6.484.540,49</u>

27 IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foi o seguinte:

Rubricas	01.Janeiro.2015	Aumentos	Utilizações	31.dezembro.2015
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 10)	26.095,00	729,80	(7.982,12)	18.842,68
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 11)	305.003,50	-	-	305.003,50
	<u>331.099</u>	<u>729,80</u>	<u>(7.982,12)</u>	<u>323.846,18</u>
Rubricas	01.Janeiro.2014	Aumentos	Utilizações	31.Dezembro.2014
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 10)	26.095,00	-	-	26.095,00
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 11)	432.938,80	-	(127.935,30)	305.003,50
	<u>459.033,80</u>	<u>-</u>	<u>(127.935,30)</u>	<u>331.098,50</u>

28 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhe de outros rendimentos e ganhos era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Rendimentos suplementares		
Honorários de gestão	308.390,19	150.518,62
Serviços prestados a empresas do grupo	296.376,98	316.565,73
Outros	25.989,87	113.436,79
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis	2.137,57	18.000,00
Diferenças de câmbio	1.512,04	5.900,63
Benefícios de reforma (Nota 22)	13.173,13	35.527,00
Outros	46.400,95	76.326,09
	<u>693.980,73</u>	<u>716.274,86</u>

29 OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhe de outros gastos e perdas era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Impostos	363.692,57	345.026,60
Donativos	50.862,48	58.481,53
Quotizações	32.220,39	26.049,65
Diferenças cambiais	25.419,74	15.810,45
Outros	195.359,36	336.514,76
	<u>667.554,54</u>	<u>781.882,99</u>

A 31 de dezembro de 2015 o montante presente em outros é essencialmente relativo a regularizações efetuadas na rubrica de tomadores.

30 GANHOS E PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhe dos ganhos e perdas financeiras era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Juros suportados	(164.990,36)	(272.926,68)
	<u>(164.990,36)</u>	<u>(272.926,68)</u>
	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Juros obtidos	4.001,48	16.205,44
	<u>4.001,48</u>	<u>16.205,44</u>

31 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2015 e em 2014 é detalhado conforme se segue:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Imposto corrente	319.303,25	262.178,65
Imposto diferido (Notas 9 e 15)	174.948,88	(27.720,61)
(Excesso) / insuficiência estimativa imposto	<u>191.808,90</u>	<u>(181.457,31)</u>
	<u>686.061,03</u>	<u>53.000,73</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2015 e de 2014 pode ser analisada como segue:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Resultado antes de impostos	303.255,55	807.075,52
Imparidades não aceites fiscalmente	815.019,22	-
Regularizações de contas correntes	-	(125.074,00)
Amortizações não aceites fiscalmente - carteira clientes	169.148,83	161.897,00
Gastos relativos a pagamentos baseados em acções	(66.619,00)	(6.262,00)
Benefícios fiscais	(64.493,00)	(73.329,00)
Variações dos fundos de pensões	19.474,13	35.527,00
Outros	<u>18.127,68</u>	<u>(9.910,52)</u>
Matéria colectável	1.193.913,40	789.924,00
Taxa de imposto sobre o rendimento	21,00%	23,00%
	<u>250.721,81</u>	<u>181.682,52</u>
Colecta	250.721,81	181.682,52
Derrama	17.908,70	11.848,13
Tributação autónoma	<u>50.672,70</u>	<u>68.648,00</u>
	<u>319.303,22</u>	<u>262.178,65</u>
Excesso / insuficiência de estimativa de imposto do ano anterior	191.808,90	(181.457,31)
Impostos diferidos	<u>174.948,88</u>	<u>(27.720,61)</u>
Total do imposto	<u>686.061,03</u>	<u>53.000,73</u>

32 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Transações	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31. dezembro.2015	31. dezembro.2014	31. dezembro.2015	31. dezembro.2014
Outras partes relacionadas	624.336,83	340.878,52	5.563.202,11	5.806.072,81
	624.336,83	340.878,52	5.563.202,11	5.806.072,81
	Outros rendimentos		Juros suportados	
	31. dezembro.2015	31. dezembro.2014	31. dezembro.2015	31. dezembro.2014
Acionistas	22.670,20	203.639,70	163.816,09	267.928,92
Outras partes relacionadas	331.991,16	400.839,42	-	-
	354.661,36	604.479,12	163.816,09	267.928,92
	Contas a receber		Contas a pagar	
	31. dezembro.2015	31. dezembro.2014	31. dezembro.2015	31. dezembro.2014
Acionistas	38.877,51	236.840,48	2.138.410,78	1.314.952,98
Outras partes relacionadas	407.265,01	484.721,17	1.667.018,91	2.026.494,10
	446.142,52	721.561,65	3.805.429,69	3.341.447,08
	Empréstimos obtidos		Empréstimos Concedidos	
	31. dezembro.2015	31. dezembro.2014	31. dezembro.2015	31. dezembro.2014
Acionistas	3.348.352,61	5.771.352,61	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	45.000,00	-
	3.348.352,61	5.771.352,61	45.000,00	-

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, bem como a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 tem a seguinte composição:

	31. dezembro.2015	31. dezembro.2014
Remuneração fixa	656.158,97	477.631,15
Remuneração variável de curto prazo	229.220,34	169.205,93
Remuneração variável de longo prazo	145.805,00	65.041,79
	1.031.184,31	711.878,87

Em 2015 e 2014 não foram concedidos empréstimos a Administradores da Empresa.

33 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS**Decreto-Lei nº 318/94 artº 5º nº 4**

Empréstimos obtidos

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>Saldo final</u>
MDS, SGPS, SA	5.771.352,61	-	2.423.000,00	3.348.352,61

Norma regulamentar nº 15/2009 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

- a) Política contabilística para reconhecimento da remuneração

Informação incluída na Nota 3.2.12 - Rédito e Especialização dos exercícios.

- b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações (€)	
	2015	2014
Numerário	18.773.051,81	17.298.699,82
TOTAL	18.773.051,81	17.298.699,82

Por tipo	Remunerações (€)	
	2015	2014
Comissões	18.773.051,81	17.298.699,82
TOTAL	18.773.051,81	17.298.699,82

Adicionalmente, encontra-se efetuada na Nota 24 a desagregação da natureza do rédito da Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

- c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida", e por origem

Cod.ASF	Por entidade (origem)	Remunerações				Fundos de Pensões	
		Ramo Vida		Ramo Não Vida		2015	2014
		2015	2014	2015	2014		
1173	Ace Europ Group Limites			45.129,98	63.205,54		
1001	Açoreana Seguros, SA	3.572,98	1.468,33	801.241,38	710.850,13		
4378	AIG Espanha			1.012.737,60	1.178.150,15		
1028	Allianz Portugal, SA	3.788,81	5.736,26	628.820,72	457.538,49		
1157	Arag			1.511,52	578,89		
1043	Assicurazioni Generali,SA			802.170,66	652.007,83		
1129	Axa Portugal, SA			212.082,02	414.918,78		
1159	Cesce, SA			25.800,77	55.644,95		
1085	Chartis Europe, SA			7.630.084,52	6.182.323,72		
4389	Coface Portugal			68.976,94	81.695,93		
1086	Cosec, SA			219.452,65	207.338,52		
1146	Crédito y Caucion, SA			26.782,59	38.868,19		
1117	EuropAssistance, SA			2.160,48	192,57		
1177	Europea, SA			4.426,89	7.253,46		
4201	Ergo			4.981,40	-2,56		
1011	Fidelidade-Mundial, SA	49.902,65	39.704,70	4.181.772,45	4.470.838,01		
1097	Groupama Seguros, SA			19.554,23	16.151,14		
4583	HCC, S.L.			6.394,00	6.598,00		
4109	HDI (Espanha)			225,00	0,00		
4039	HDI-Gerling Industrie Ver. AG			530,42	2.959,75		
1166	Hiscox - Sucursal			58.106,03	62.843,74		
1056	Inter Partner Assistance			3.995,34	4.332,72		
1010	Liberty, SA	3.510,14	4.665,75	153.379,98	171.943,89		
4484	Liberty Mutual Insurance Europe Limited			0,00	831,25		
1026	Lusitania, SA			331.995,30	264.787,33		
1145	Mapfre, SA			179.994,37	128.592,91		
1102	MAPFRE ASISTENCIA CÍA			60.254,38	19.789,95		
4423	Markel, Ltd			0,00	0,00		
1131	Medis, SA			0,00	113.110,95		
1188	MetLife, Inc	17.109,20	12.363,95	29.603,18	17.191,62		
1020	Mútua dos Pescadores, SA			296,21	325,83		
4608	Mutuelle Générale de L'Education Nationale			37.338,15	22.392,14		
4665	Nacional Suiza			7.929,20	5.004,13		
1023	Ocidental, SA			299.251,32	86.767,71		
1167	Popular Seguros, SA			4.682,55	335,22		
4296	QBE Insurance			0,00	0,00		
1133	Sagres, SA			45,13	2.354,73		
4762	Shipowners			0,00	0,00		
4561	Trade Credit Re Insurance Company			2.588,13	12.000,00		
1037	Tranquilidade, SA			711.410,73	571.016,09		
1142	Via Directa - Companhia de seguros, S.A.			0,00	11,92		
1160	Victoria Seguros, SA			239.306,08	255.751,21		
1147	XL Insurance Company Ltd			158.475,55	125.210,00		
1184	Zurich, SA			363.655,92	275.138,58		
3815	Optimize Invest Partners	0,00	-12,12				
3814	SGF-Soc. Gest. Fundo Pensões					1.563,16	
1182	April Portugal, S.A.	9.595,35	8.451,32				
1039	Axa Vida	14.673,19	15.915,67				
1151	Eurovida	18.769,88	28.419,33				
1021	Generali Vida	202.470,25	233.583,04				
1098	Groupama Vida	14.444,73	14.354,53				
1025	Lusitania Vida	189,15	760,25				
1186	Mapfre Vida	554,83	1.591,78				
1024	Ocidental Vida	840,28	744,54				
1029	Real Vida	702,14	1.410,83				
1165	T-Vida	21.630,17	18.461,49				
1096	Victoria Vida	71.835,56	65.434,00				
1132	Zurich Vida	755,57	2.526,67				
	Outros sem código de mediação				156.276,09		
	TOTAL	434.344,88	455.580,32	18.337.143,77	16.843.119,50	1.563,16	0,00

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

Cod.ASF	Por entidade (origem)	Remunerações %	
		2015	2014
1085	Chartis Europe, SA	40,6%	35,7%
1011	Fidelidade-Mundial, SA	22,5%	26,1%

e) Valores das contas "clientes"

Contas "clientes"	Valores das contas "clientes" €	
	2015	2014
Início exercício	4.826.482,79	3.528.008,61
Final do exercício (Nota 4)	5.931.287,25	4.826.482,79
Volume movimento do exercício		
A débito	120.134.181,28	100.424.681,11
A crédito	119.029.376,82	99.126.206,93

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (origem)	Saldo contabilístico existente no final de exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2015	2014	2015	2014
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários	2.449.180,11		292.704,99	826.170,32
Empresas de seguros	1.613.012,53	2.169.328,02	7.893.295,60	4.032.784,59
Outros mediadores	79.630,74	81.818,09	3.221,81	5.052,16
TOTAL	4.141.823,38	2.251.146,11	8.189.222,40	4.864.007,07

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final de exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2015	2014	2015	2014
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	1.613.012,53	2.169.328,02	7.893.295,60	4.032.784,59
Outras quantias	2.528.810,85	81.818,09	295.926,80	831.222
TOTAL	4.141.823,38	2.251.146,11	8.189.222,40	4.864.007,07

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Contas "clientes"	Valor	
	2015	2014
Garantias (caução)	356.254,46	597.443,33

Garantia nos termos da alínea d) e nº 1 do Art.19 do Dec.Lei 144/2006, de 31 de julho na redacção dada pelo Dec.Lei 359/2007, de 2 de novembro.

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

Cod.ASF	Empresas de seguros	Remunerações			
		Ramo Vida / Não Vida/Fundos de Pensões		%	
		2015	2014	2015	2014
1085	Chartis Europe, SA	7.630.084,52	6.182.323,72	41%	36%
1011	Fidelidade-Mundial, SA	4.181.772,45	4.510.542,71	22%	26%
4378	AIG Espanha	1.012.737,60	1.178.150,15	5%	7%

As alíneas que se encontram ausentes desta nota não são aplicáveis à Empresa.

Art. 66º-A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2015 os honorários do Revisor Oficial de Contas encontram-se descritos nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SPGS, S.A. em 31 de dezembro de 2015.

Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI)

No exercício de 2013, a Empresa realizou investimentos suscetíveis de serem apoiados ao abrigo do Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento de acordo com o enquadramento previsto na Lei n.º 49/2015, de 16 de julho. Neste sentido, foi apurado um montante de benefício fiscal de 146.000 Euros, aproximadamente, dedutível à coleta de IRC, até à concorrência de 70% da mesma e a ser utilizado pela MDS SGPS, empresa dominante do RETGS em que a Empresa está inserida. Por uma

questão de prudência, a Empresa não registou este ativo por imposto diferido, que pode ser utilizado por 6 períodos, i.e., até 2018.

34 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram eventos significativos após 31 de dezembro de 2015 e até esta data que necessitem de ser divulgados.

35 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2016, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Contabilista Certificado,


(Maria de Fátima dos Santos Alves)



O Conselho de Administração



(José Manuel Dias da Fonseca)



(Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar)



(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)



(Maria Paula Correia Rios)



(Jacqueline Irene Marie Rochet Legrand)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da MDS – Corretor de Seguros, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 que evidencia um total de ativos de 26.782.101,09 Euros e um capital próprio de 9.221.705,38 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 382.805,48 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da MDS – Corretor de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

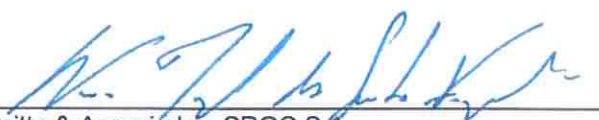
5. As demonstrações financeiras da Empresa evidenciam em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 um valor relevante de Goodwill e ativos intangíveis cuja recuperabilidade está dependente do cumprimento do plano de negócios da Empresa conforme aprovado pelo Conselho de Administração e cujos principais pressupostos se encontram divulgados na Nota 7 do Anexo às demonstrações financeiras.

Página 2 de 2

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 28 de junho de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da MDS – Corretor de Seguros, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da MDS – Corretor de Seguros, S.A. ("Empresa"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2015, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das Alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2015 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele expressa. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual inclui no seu parágrafo 5 uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, apesar do assunto referido no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 28 de junho de 2016


Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo

